

WHITNEY, SAUSSURE, MEILLET E LABOV: A LÍNGUA COMO UM FATO SOCIAL

Daniel Marra da SILVA

Instituto Federal do Tocantins
delmarra2004@hotmail.com

Sebastião Elias MILANI

Universidade Federal de Goiás
Sebaselias37@hotmail.com

Resumo: Investiga-se, neste trabalho, o conceito de língua como um fato social nas teorizações de William Dwight Whitney (1827-1894), Ferdinand de Saussure (1857-1913), Antoine Meillet (1866-1936) e William Labov (n. 1927). Esclarece-se, além disso, em que medida esse conceito se transforma ou se mantém nas reelaborações desses autores. O ponto de partida desta investigação é o conceito de língua como uma instituição social tributária a Whitney. A noção de instituição social tem suas raízes no pensamento sociológico de Hebert Spencer (1820-1903) e William Sumner (1840-1910). Essa noção ganharia, no entanto, contornos sistemáticos por meio do pensamento de Émile Durkheim (1858-1917) no final do século XIX. Whitney foi, certamente, uma das fontes de Saussure (1916) que ao conceituar a língua como um fato social deu ênfase a seu caráter de exterioridade ao indivíduo. Diferentemente de Saussure, que não indicou de onde saíra sua inspiração para tal noção, Meillet (1905-1906) declarou ser a língua(gem) um fato social, fazendo referência ao conceito estabelecido por Durkheim. A reelaboração da noção de língua como um fato social feita por Labov, que se diz influenciado por Meillet, representa aqui o último estágio desse conceito.

Palavras-Chave: Whitney; Saussure; Meillet; Labov; Língua/fato social.

1. Introdução

William Dwight Whitney, Ferdinand de Saussure, Antoine Meillet e William Labov definiram a *língua* com as características dos *atos sociais*. Destes, o único que não utilizou a terminologia fato social ao conceituar língua foi Whitney, que usou a expressão instituição social. É comum aos quatro autores o pensamento de que uma língua nunca é a mesma para todos os indivíduos, pois os falantes a adquirem de forma distinta uns dos outros, em momentos e condições históricas diversas. Embora os autores tenham dado ênfase ao caráter de exterioridade da língua em relação à ação individual, mais uns que outros, nenhum deles negaria o fato de que, embora a língua não esteja completa no indivíduo em nenhum momento, eles a internalizam através do aprendizado.

Certamente, a língua é um fato social, no entanto, defende-se aqui a ideia de que os indivíduos não respondem da mesma forma às prescrições dos fatos sociais. Os indivíduos, em razão de suas histórias sociais, aprendem a língua de forma diferente dos demais, disso resulta que eles se diferem também no uso linguístico em suas relações cotidianas. Os fatos sociais, como definidos por Émile Durkheim (1895), são de caráter obrigatório e opressor.

No entanto, defende-se aqui o argumento de que os indivíduos têm condições de refletir sobre suas condições de seres sociais de direitos e deveres e das normas sociais aprendidas e que reproduzem. O fato de a sociedade fazer exigências aos indivíduos para que se adaptem ao padrão coletivo não significa que todos eles acolherão da mesma forma tais exigências, pois as pessoas não aprendem da mesma forma as prescrições dos fatos sociais: algumas são mais sensíveis, outras são mais resistentes, outras podem até mesmo se opor a algumas prescrições, ou seja, *o princípio da variação começa com os indivíduos. É no processo de reelaboração/apreensão dos fatos sociais que o princípio da variação se instaura.*

Três teóricos da teoria social, além de outros, trazem também contribuições fundamentais para os propósitos aqui pretendidos: Émile Durkheim (1858-1917), Norbert Elias (1897-1990) e Anthony Giddens (n. 1938). Quis-se conhecer a forma como a teoria social concebe as noções de indivíduo, de agente e de ator social, já que uma das hipóteses levantadas aqui é de que a noção de língua como fato social adotada pelos linguistas elencados acima, dentro dos limites impostos pelo sistema de regras, deixa emergir a noção do *ator social* como um agente de consciência e vontade, conforme definido por Giddens (1998).

Concorda-se aqui com o argumento de Elias (1994) e de Giddens (1998; 2003) de que os estudos atuais que tratam da relação dos indivíduos com as estruturas e com as instituições sociais não devem manter a cisão tradicional que, ora baseia as explicações nas propriedades internas, ora nas características externas, sem nunca reconciliar tais elementos. Tampouco, deve-se adotar um método que tome um desses elementos como mais importante ou como o único meio de chegar à compreensão da vida social. A cisão metodológica entre individualismo, de um lado, e holismo, de outro, cada qual reivindicando superioridade sobre o outro mostra que a opção por um método único é insuficiente para a explicação da matéria da vida social.

A noção de indivíduo como um ser livre que existe de forma autossuficiente, independente do mundo exterior, não é uma noção que atende às necessidades da pesquisa nas ciências humanas e sociais (cf. ELIAS, 1994). As noções de estruturas e instituições sociais que agem sozinhas e condicionam a vida social também são inadequadas, pois são os indivíduos os responsáveis pela manutenção e transformação das estruturas e instituições sociais através da reprodução recursiva desses elementos.

Dessa forma, adotou-se, neste estudo, em parte, o ponto de vista desenvolvido por Giddens (1998; 2003) de que são as *práticas sociais* que fornecem os meios para a descrição e compreensão da vida social. Além disso, acolhe-se sua noção de *ator social* como um agente de consciência e vontade que age sobre a estrutura para reproduzi-la, mantê-la ou modificá-la, como uma forma de resolver a questão da noção de língua como um fenômeno que existe e se transforma independente da ação dos indivíduos. O ator social não é um ser livre e autossuficiente, mas um ser que por causa de sua formação social moral tem condições de refletir sobre as situações da vida social e é capaz de agir nas situações que exigem sua *agência*. Esta está relacionada com a capacidade do ator social de “realizar coisas” (GIDDENS, 2003, p. 10).

Se a língua for entendida como um fato social da forma estrita como propusera Durkheim, ela não dá lugar à emergência do ator social como um agente de consciência e vontade. A noção de ator social como postulada por Giddens (1998, 2003) deixa emergir um ser que tem consciência de seu papel de agente ativo, que tem condições de refletir sobre as práticas sociais. Esse agente é um ser capaz de refletir sobre os eventos da vida social e daquilo que lhe oprime, que pode, em cada momento da vida, escolher agir de outro modo, que sabe as regras do jogo e como jogar.

Há uma peculiaridade na forma como os linguistas, defensores da noção de língua como fato social, definiram a língua enquanto pensavam em seu caráter de exterioridade ao indivíduo e de sua obrigatoriedade sobre a vontade deste. Fica evidente que a língua como um fato social, um sistema de regras convencionais oferece poucas oportunidades às iniciativas individuais. A transgressão das regras convencionais certamente não é tolerada pelos usuários que as conhecem e defendem e o transgressor poderá sofrer as consequências de seu ato. O não domínio das convenções normativas de uma língua exclui o indivíduo do acesso aos bens sociais e essa é a forma mais evidente do poder coercitivo e obrigatório de tais convenções.

Por outro lado, o reconhecimento da obrigatoriedade de uma norma coletiva significa apenas que as convenções sociais se sobrepõem à vontade individual, que a sociedade faz exigências ao indivíduo para que se adapte ao padrão coletivo à pena da exclusão social. Mas esse fato em si não é suficiente para que se exclua a ação dos indivíduos sobre as estruturas. Eles agem sobre elas, seja para reproduzi-las, mantê-las ou modificá-las. E da mesma forma que existem forças estruturais coletivas que forcem os indivíduos a se conformarem às normas instituídas, existem a resistência e a não conformidade individuais.

Para alcançar seus objetivos, este trabalho não toma como esgotada a ideia de que o conhecimento científico nas ciências humanas e sociais não se desenvolve de forma independente. Tampouco se concebe a ideia de que os cortes e rupturas metodológicos criadores de disciplinas e campos científicos tenham de fato instituído objetos puros, desembaraçados das relações com outros objetos e, conseqüentemente, com outras áreas. A noção de fato social – como convenções sociais, normas e códigos sociais que buscam a padronização do comportamento dos indivíduos – estava firmemente estabelecida no pensamento científico-social do final do século XIX e início do século XX. No entanto, Durkheim (1895) foi quem primeiro definiu sistematicamente os fatos sociais ao tomá-los como objeto da Sociologia. Tais elementos foram concebidos pelo sociólogo como exteriores aos indivíduos e dotados de forças coercitivas que se impõem à vontade deles. Como evidencia esta tese, a definição durkheimiana representou uma tentativa de romper com os estudos filosóficos clássicos que buscavam compreender os fenômenos sociais através do comportamento individual.

A rejeição de Durkheim pelo individualismo metodológico e sua insistência em considerar os fatos sociais como “coisas”, uma realidade *sui generis*, exteriores aos indivíduos, trariam importantes consequências para os estudos sociológicos. Os fatos sociais não poderiam ser analisados por meio da introspecção, mas através da observação empírica. Mas os fatos sociais são formas de agir, de pensar e de sentir, e, como mostrou Giddens (1998), Durkheim, ao concebê-los como coisas exteriores aos indivíduos, abria concessão para que seus críticos o acusassem de “reificação ilegítima do social”. Posto de outro modo, Durkheim, ao objetificar elementos abstratos, os tratando como coisas materiais que dividem as mesmas características do mundo físico, que podem ser observados, analisados e medidos, procedia a uma análise de características individuais sem referência aos indivíduos.

A análise das concepções de William Dwight Whitney (1867) sobre a natureza da linguagem mostra que sua noção de língua se encaixa na definição de fato social, por sua insistência em considerá-la uma posse da sociedade e fora da alçada individual. A singularidade das conceituações de Whitney, formuladas num momento de pleno desenvolvimento da Gramática Comparada, permite elegê-lo como o primeiro a imprimir as características dos fatos sociais na conceituação de língua, embora o autor não tenha utilizado essa expressão, e sim a terminologia instituição social.

O corte metodológico saussuriano instituiu a *langue* como objeto da Linguística. A *langue*, na concepção desta tese, foi duplamente definida como um elemento híbrido. Saussure definiu a *langue* como um *fato social* que é exterior ao indivíduo e como um *sistema*

que se localiza no cérebro¹ deste. Além de descrever e explicar essa aparente contradição nas conceituações de Saussure, já que os conceitos de fato social e de sistema não são excludentes, defende-se aqui o argumento de que há espaço nas definições do autor para a emergência do *ator social* como um agente de consciência e vontade.

Antoine Meillet (1905-1906) foi, aparentemente, o primeiro a utilizar a terminologia fato social em um texto acadêmico no campo dos estudos da linguagem e o primeiro a declarar-se influenciado pela noção durkheimiana. Meillet não fez distinção entre língua e fala e preferiu utilizar a terminologia linguagem em suas conceituações. A noção de linguagem do autor é diferente das noções dos demais linguistas estudados aqui. Linguagem, na concepção de Meillet, “a própria razão de existência do grupo social”, não se trata de uma capacidade inata. Meillet, ora fala de *linguagem*, ora fala de *uma língua*, e as define indistintamente. A linguagem é um fato social, e cada língua, e toda língua, como noção particular e concreta, é também um fato social. Não obstante, a conceituação de linguagem elaborada por Meillet, embora tenha conservado as características próprias da definição de Durkheim, não excluiu a atuação do indivíduo sobre a linguagem.

William Labov (2010) declarou ser a língua um fato social, exterior ao indivíduo e existente na comunidade de fala. Evidenciam-se aqui as relações das conceituações de Labov com as dos linguistas que o precederam, principalmente com as de Saussure e as de Meillet e aponta-se em que medida o pensamento do autor se alinha ou se afasta do pensamento de um ou de outro. Defende-se, finalmente, o argumento de que a conceituação de língua de Labov difere-se tanto da noção de Saussure quanto da de Meillet, ou seja, não há lugar para a emergência do ator social em sua concepção de língua. Por outro lado, em seu tratamento dos líderes da mudança linguística, o autor deixou emergir a ideia de que os líderes da mudança são agentes de consciência e vontade.

Não se quer argumentar aqui a favor de uma noção de língua que é criada e recriada em cada momento pelo indivíduo ou indivíduos. Pois não se cria a cada geração uma instituição como a língua, pelo contrário, ela é reelaborada por cada geração, pois os próprios indivíduos sabem da necessidade da manutenção de seus signos para que sejam inteligíveis uns com os outros. Não se quer defender uma noção de indivíduo que age consciente e intencionalmente, em todos os momentos de sua vida, sobre a língua para conservá-la ou para mudá-la. E também não se admite uma noção de língua que exista independente dos indivíduos falantes, um padrão abstrato localizado na coletividade, na sociedade ou na comunidade de fala. Tão errônea quanto a noção de indivíduo como um ser que age de forma livre, consciente e intencional sobre as estruturas sociais, é a noção de estrutura social que existe de forma independente e para além da ação dos indivíduos. *Posiciona-se aqui a favor de uma noção de língua que existe na mente de cada e de todo ser social. A língua como um fato social só pode ser exterior ao indivíduo pré-social, o corpo biológico, mas não a todos os seres sociais.*

As ideias defendidas aqui já estão, em certa medida, presentes nos trabalhos dos autores estudados: mais em uns ou outros. O trabalho do autor deste artigo, além de identificar e explicar aparentes contradições e incongruências no pensamento dos linguistas estudados, consiste em mostrar como as ideias de um autor são adotadas ou reelaboradas por outros, o que permanece na reelaboração de determinado conceito e o que é excluído nesse processo.

¹ Embora a terminologia recorrente nas teorizações de Saussure seja *cérebro*, são os termos *mente* e *psique* que devem guiar as discussões desta tese porque eles impedem que se possa fazer uma leitura equivocada de que a *langue* faça parte do organismo biológico do indivíduo.

2. Whitney, Saussure, Meillet e Labov: a língua como um fato social

O século XX testemunhou o surgimento da ciência Linguística no interior do debate que tinha como objeto comum os fenômenos resultantes da interação dos indivíduos entre si e com as instituições. A Sociologia emergente buscava compreender como os indivíduos se conformavam ao caráter obrigatório dos fatos sociais, focando a explicação dos fenômenos emergentes em suas características de exterioridade ao indivíduo. A Psicologia social, por seu turno, preferia explicar tais fenômenos fazendo referência unicamente às bases psíquicas do indivíduo ou às manifestações individuais.

A reflexão sobre a língua, desde o pensamento clássico (Platão e Aristóteles), sempre ocupou posição destacada no debate filosófico. Com Platão, a discussão a respeito da justeza dos nomes e de seu caráter arbitrário e convencional; com Aristóteles, as categorias que definem o ser e classificam o discurso. Os gramáticos de *Port-Royal* perceberam a lógica que há nas gramáticas das línguas e desenvolveram seus estudos buscando evidenciar suas propriedades formais. A Filologia se ocupava com a recuperação da forma e com sentido das palavras dando primazia aos textos escritos, enquanto os comparatistas apontavam as semelhanças existentes entre as línguas indoeuropeias.

Uma mudança no cenário dos estudos linguísticos surgiu com os neogramáticos, que tiveram na figura original de Whitney uma fonte de inspiração. Mas o acontecimento de maior importância para a instituição de uma ciência Linguística surgiria somente em 1916 com a publicação póstuma do *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure. O historiógrafo-linguista encontra em Saussure a síntese do pensamento sobre a Linguística produzido até então. A reflexão de Saussure sobre esse campo de estudo não ignorou a importância de seus antecessores para que a área estivesse no estágio de desenvolvimento em que se encontrava, porém buscou mostrar que os estudos linguísticos ainda careciam de um objeto específico e de um método seguro para chegar a sua compreensão.

Saussure selecionou entre os fatos da linguagem o elemento que poderia ser definido de forma autônoma. Para isso, dividiu a linguagem em dois elementos a *langue* e a *parole* e tomou o primeiro desses elementos como o objeto único da Linguística. A *langue* foi duplamente definida como um sistema interno ao indivíduo e como um fato social cujas características lhe são exteriores. Essa aparente ambiguidade no tratamento do objeto da Linguística teria importantes consequências para os estudos linguísticos no século XX, devoto ao estudo da *langue*: a primeira metade do século dedicou-se quase exclusivamente ao estudo do sistema linguístico, e somente a partir do terceiro quartel desse século que o estudo da língua como um fato social começaria a competir com os estudos do sistema.

Embora tenha sido o conceito de língua como *um sistema* que dominara os estudos linguísticos desse século, a noção de língua como *um fato social* ganharia força na segunda metade desse mesmo século com a emergência dos estudos de natureza sociolinguística. O estudo da língua como um fato social requeria uma abordagem baseada no uso linguístico e seu estudo no contexto social. Desse modo, não apenas os estudos de inspiração laboviana, mas muitos outros como os desenvolvidos por Dell Hymes, John Gumperz e outros, se ocupavam do estudo da língua como *um fato social* (cf. FIGUEROA, 1994).

O conceito de língua como um fato social possui suas raízes nas teorizações de William Dwight Whitney (1867). Além de Whitney, Ferdinand de Saussure, Antoine Meillet e William Labov também conceituaram a língua como um fato social. Não que tenham sido estes os únicos, mas foram os mais singulares, destacando-se como líderes influenciadores no desenvolvimento de uma abordagem social ao estudo da linguagem.

O pensamento de Whitney sobre a natureza da língua, que a considerava uma instituição social, representou um ponto de virada nos estudos da linguagem. Ao dizer que a língua era uma instituição social, Whitney, contrariando teorias inatistas da época, mostrava

que a língua é uma criação humana e, como todas as outras instituições sociais criadas pelos indivíduos, ela é constantemente adaptada às vontades e necessidades dos indivíduos para quem ela é a mais importante de suas posses. Para o autor, a mudança linguística surge primeiramente nos falantes de uma língua, na forma de eles refletirem sobre si como indivíduos e como membros de uma sociedade. Se os indivíduos, como seres sociais, que têm a língua como o bem social mais precioso, mudam, a língua muda de forma que possa refletir essa mudança e permitir que eles continuem sendo inteligíveis uns para com os outros. Trata-se de dois processos relacionados: a mudança dos falantes causa mudança na língua; a língua muda e essa mudança reflete uma mudança nos falantes.

Mas Whitney não concordava que a língua fosse uma posse individual, ou seja, que o indivíduo fosse um criador de formas linguísticas e que pudesse voluntária e conscientemente mudar as formas existentes. Pelo contrário, considerava que qualquer forma inovadora só entraria no sistema da língua se houvesse a adesão da maioria de seus usuários. Ao tomar a língua como posse do *membro da sociedade*, Whitney rompia com o pensamento filosófico clássico que tomava o indivíduo livre e consciente como o senhor da linguagem. Rompia, além disso, com a ideia comumente aceita entre alguns filósofos da linguagem de que a língua era um elemento inato ao indivíduo. Ao dizer que se tratava de uma posse do *membro da sociedade*, o autor evidenciava que nenhum ser humano nascia em posse da língua e que sua aquisição somente seria possível através do aprendizado com os demais membros da comunidade a que pertencia.

Ao mostrar que a língua era um elemento anterior a cada indivíduo que nasce, Whitney mostrava também que ela lhe é exterior. E como tal, ela é uma instituição social como são as regras da lei, a religião, a política etc. Todos esses elementos são anteriores ao indivíduo, pois, quando este nasce, aqueles já estão formados. É nesse sentido que as instituições sociais, ou os fatos sociais, são exteriores ao indivíduo particular, o ser pré-social, o corpo biológico. O *membro da sociedade* não é esse indivíduo pré-social. Ele é o ser que se apropriou, da forma que lhe fora possível, da língua e dos códigos de conduta e das normas morais sociais. Como um ser ativo, agiu sobre as estruturas sociais para reproduzi-las nas interações com os demais membros da sociedade e, dessa forma, a língua juntamente com todos os códigos sociais não lhe constituem mais entidades exteriores, mas uma posse concreta. Assim, o indivíduo se torna membro da sociedade se apropriando de algo que já está previamente estabelecido na coletividade.

Whitney não compreendia que cada membro da sociedade possuísse a língua inteira ao seu dispor, pois uma língua é constituída também pela cultura, pelos costumes, por elementos relacionados aos espaços sociogeográficos. O autor compreendia, no entanto, que há uma parte central que é distribuída igualmente a cada usuário; o necessário para que eles sejam inteligíveis uns com os outros. Assim, o autor podia assegurar que, embora um único membro da sociedade não tivesse o poder de mudar a língua, sua *agência* não podia ser excluída, pois considerava que cada um é um ator no processo de conservação ou de mudança da língua. O membro da sociedade é um ator não intencional, mas que devido a suas capacidades sociocognitivas pode se tornar um agente, “um líder”, de conservação ou de mudança da língua.

Essa forma inovadora com que Whitney compreendia a língua representou um ponto de virada nos estudos linguísticos: influenciou os novos gramáticos na instituição da Neogramática e, posteriormente, permitiu que Ferdinand de Saussure retomasse o pensamento do autor em suas aulas de Linguística Geral em Paris e em Genebra. Em sua análise do pensamento de Whitney, Saussure (2006 [1916]) concordara com o postulado de que a língua é uma instituição social, porém discordara de que ela fosse semelhante às outras instituições sociais. Enquanto as demais instituições sociais atingem somente parte dos indivíduos, no

sentido de que eles não fazem uso delas o tempo todo, a língua é em todo momento utilizada pelos indivíduos e sofre constantemente a ação de todos.

Saussure compreendia a linguagem como sendo cindida em duas partes, uma social e outra individual. A parte social compreendia a língua; a individual, a fala. Por ser um fato social, a língua foi definida como uma realidade exterior ao indivíduo, e como havia feito Whitney, mostrou o quanto a natureza desse elemento restringe a ação individual. Por outro lado, ao definir a fala, tomou a como um ato individual de vontade.

Saussure não via contradição em definir a língua como um sistema, cuja realidade se localiza na mente do indivíduo, e como um fato social, que lhe é exterior. Embora isso possa parecer, numa leitura superficial, uma contradição, a aparente contradição se resolve se se compreender a forma como o autor concebia a noção de indivíduo, ou seja, a que noção de indivíduo a língua é externa e a que ela é interna.

A partir dessa compreensão, poder-se-á perceber que não há duplicidade na forma de Saussure compreender o indivíduo. Trata-se de dois estágios do mesmo indivíduo. No primeiro estágio, o indivíduo *pré-social* é posto em contato com a língua, isso significa que ela é exterior a ele, mas nunca está “pairando no ar” ou “planando no vazio”, está nos demais falantes que formam a coletividade. No segundo, o indivíduo socializado pelo aprendizado da língua e das demais normas morais internalizadas torna-se capaz de controlar sua própria língua, isto é, poderá escolher o que dizer e como dizer. O fato social terá sido internalizado e estará estruturado na mente do indivíduo em forma de um *sistema* de regras. Como os demais indivíduos, este indivíduo compartilha das características da língua e domina as normas sociais de seu uso.

A língua como fato social, portanto, não é incompatível com a língua como sistema. O sistema, desde sua organização na mente humana, que representa o desenvolvimento do aprendizado dos indivíduos no decorrer dos séculos, à simples veiculação de um determinado conceito a uma imagem acústica, é revestido do social. Baseado em tais considerações pode-se assinalar o fato de que a noção saussuriana deixa emergir o ator social como um agente de consciência e vontade, dentro dos limites impostos por um sistema de regras. Tal indivíduo tem condições de refletir sobre os eventos da vida social e sobre a língua como o elemento que o permite acessar os demais códigos sociais.

Embora o nome de Émile Durkheim (2007 [1895]) seja fonte para qualquer noção de fato social, por ter sido ele o primeiro a dar-lhe uma definição, é mais seguro admitir que Saussure dialogava com Whitney, enquanto pensava no caráter de exterioridade da língua, pois não há uma única referência a Durkheim em seus escritos. Entretanto, outro fator pode ser considerado. Enquanto Saussure ensinava em Paris, teve Antoine Meillet como um de seus mais distintos alunos. Meillet o substituíra na *École des Hautes Études* na ocasião do retorno do mestre para Genebra, mas os dois linguistas mantiveram os laços através de correspondências. Entre os anos 1905-1906, pouco tempo antes de Saussure iniciar seu *Curso* em Genebra, Meillet, enquanto contribuía com o jornal de Durkheim, definiu a linguagem como um fato social fazendo referência ao conceito do sociólogo.

Dada a proximidade de Meillet com Saussure e a abrangência mundial que tinha o jornal de Durkheim, *Année Sociologique*, é remoto imaginar que Saussure não tenha tido acesso a essa publicação de Meillet². O fato de Saussure jamais ter indicado de onde saíra sua

² Calvet (2003) chamou o desencontro nas conceituações de Saussure e Meillet de “um estranho debate em que os adversários jamais trocaram palavras”. Saussure, que havia retornado para a Suíça em 1891, deixando Meillet em sua cadeira na *École des Hautes Études*, mantinha contato ocasional com este através de cartas. No entanto, de acordo com Calvet, Meillet não sabia do conteúdo do curso que Saussure ministrava em Genebra. Apenas em 1916, uma década depois de Meillet ter publicado seu artigo caracterizando a linguagem como um fato social, foi que soube que Saussure havia conceituado a língua como tal.

inspiração ao compreender que a língua é um fato social faz crer que dificilmente tenha se inspirado na noção de Meillet. Mais seguro é admitir que essa noção era parte do pensamento científico-social da época.

Um fato importante a ser observado é o de que a conceituação de linguagem de Meillet, embora tenha sido inspirada no conceito de Durkheim para os fatos sociais, não tem as mesmas inconsistências de que sofre a noção durkheimiana. Embora Meillet tenha alinhado seu pensamento ao de Durkheim ao buscar mostrar as consequências do caráter obrigatório e normativo de uma língua, e de dar ênfase às restrições que ela impõe ao ato individual, ele em momento algum dissera que uma língua existe independente dos indivíduos falantes, nem conferiu sua realidade a uma *consciência coletiva*, como o fez Durkheim³.

Uma língua, para Meillet, existe independentemente de cada indivíduo falante, mas não independente de todos. Ela encontra sua realidade através da soma dos indivíduos ou através da soma de seus enunciados (cf. MEILLET, 1905-1906). Nesse sentido, a forma como Meillet compreendia a natureza de uma língua definida como um fato social não se diferencia da forma como também compreendiam Whitney e Saussure. Em ambos os autores, está clara essa ideia de que uma língua possui uma realidade exterior ao indivíduo particular. Mas nenhum deles discordara de que ela, como uma instituição social, um fato social, um conjunto de regras convencionais, venha se tornar uma realidade interna a todos os indivíduos através do aprendizado.

A forma como Meillet compreendia a natureza da linguagem influenciou a forma como seus ex-alunos tratariam da especificidade desta como um fato social. No entanto, por mais que tenha sido importante o trabalho de Meillet e de seus alunos, eles não conseguiram desenvolver uma disciplina ou um campo de conhecimento que fosse capaz de tratar da língua como um fato social. Essa tentativa seria apenas bem sucedida nas décadas finais do século XX e teve em William Labov uma figura central.

A abordagem desenvolvida por Labov é declaradamente uma tentativa de colocar em prática as declarações de Meillet e de seus discípulos (cf. LABOV, 2006[1966]). Para estes, a língua como um fato social deveria ser estudada no contexto social e que tal estudo tinha de levar em consideração a estrutura da sociedade como o elemento que explicaria as variações e mudanças de uma língua. Esta é a premissa da sociolinguística variacionista, ou sociolinguista laboviana, determinar os fatores sociais que causam mudanças na língua, ou buscar correlações entre a estratificação social e os usos diferentes de uma língua.

Outra fonte central do pensamento de Labov é a noção saussuriana de *langue*. Embora Labov diga que a dicotomia língua/fala tenha gerado contradições entre os estudiosos da Linguística, ele é um grande defensor da noção de *langue* como um fato social, um sistema supraindividual. Para Labov, a língua é exterior ao indivíduo e, ao elaborar o denominado Paradoxo Saussuriano, ele discordou da afirmação de Saussure de que ela é “um sistema gramatical que existe virtualmente no cérebro” do indivíduo. No entanto, embora critique Saussure, Labov não conseguiu escapar de tal paradoxo já que ele mesmo ofereceu exemplos de como os indivíduos adquirem a língua.

As discussões de Whitney sobre a natureza social da língua foram também retomadas por Labov, que o considerou um porta-voz na defesa dos fatores sociais na explicação da mudança linguística. Labov exaltou também o fato de Whitney considerar a língua uma posse social e que restringe a ação individual.

O fato de Labov estar nos anos 1960 dialogando com esses autores, Whitney, Saussure e Meillet, enquanto buscava imprimir na natureza da língua seu próprio posicionamento, é revelador da influência deles sobre seu próprio pensamento. Embora discorde do

³ Para Durkheim, “o conjunto de crenças e de sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria; podemos chamá-lo de *consciência coletiva* ou *comum*” (DURKHEIM, 1999[1893], p. 50).

posicionamento deste ou daquele ou exalte o pensamento de um ou de outro, fica claro que as ideias linguísticas de Labov têm raízes no pensamento desses autores. Ao dialogar com eles, Labov separou o que achou mais coerente com o pensamento de sua época e acrescentou seu próprio entendimento sobre o assunto. Não se pode, no entanto, omitir o fato de que o diálogo que Labov estabelece com esses autores é mediado por seu orientador, Uriel Weinreich, e pelas relações acadêmico-intelectuais que uniam Weinreich a Martinet, este a Meillet, este a Saussure e este a Whitney (cf. KOERNER, 2002).

O desenvolvimento de uma abordagem social da linguagem que fosse capaz de correlacionar a estratificação social com a variação e a mudança linguística, mostrando a sistematicidade da língua falada, através de análises estatísticas, foi, sem dúvida, mérito de Labov. Sua originalidade está, portanto, no desenvolvimento de uma metodologia de estudo linguístico de caráter empírico-objetivista e apoiada por análises estatísticas. Mas seu aparato conceitual se trata de uma reelaboração de linguistas que o antecederam.

Mas, nesse caso, Labov também se mostrou original. A forma como ele reelaborou a noção de língua como um fato social o afastou tanto de Whitney e Saussure quanto de Meillet, cujo posicionamento ele disse seguir. Isso se deu devido a sua insistência no caráter de exterioridade da língua em relação à ação individual. Labov iniciara sua abordagem seis décadas depois das declarações de Meillet e um século depois que Whitney fizera suas considerações sobre a linguagem. Labov dispunha, em sua época, de aparatos tecnológicos que aqueles autores não tinham sequer condições de imaginar que fossem possíveis. Além disso, as discussões sobre o método se desenvolveram até a década de 1960.

No entanto, outro fator foi determinante para a forma como Labov viria conceituar a língua como um fato social e a determinar a natureza de seu estudo. Trata-se do súbito desenvolvimento do Gerativismo que reivindicava a noção de *competência* como o verdadeiro objeto dos estudos linguísticos. A noção chomskiana dependia da análise das “intuições linguísticas dos falantes nativos”, o que seria apenas possível através da introspecção dos envolvidos. Esse posicionamento da Gramática Gerativa foi duramente combatido por Labov, cuja abordagem tinha como premissa simplesmente o contrário da abordagem chomskiana (cf. LABOV, 1971).

O apogeu do empirismo na Linguística se deu com trabalhos como aqueles desenvolvidos por Labov. Este autor focou sua discussão na língua como um fato social e determinou que seu estudo ocorresse por meio da observação direta da forma como os falantes utilizam a língua em suas relações cotidianas, ou seja, pela observação empírica e não pela introspecção.

Dois posicionamentos metodológicos dominantes no pensamento das ciências humanas e sociais competiam entre si: o holismo e o individualismo metodológicos. Os estudos linguísticos dos anos 1960 nos Estados Unidos tinham ampla adesão pelo individualismo metodológico chomskiano, e o posicionamento de Labov visava à instituição de uma abordagem ancorada nas ideias holísticas e antirreducionistas de explicação dos fenômenos sociolinguísticos.

A tentativa de Labov seria bem sucedida e sua abordagem se tornaria, nas décadas seguintes, uma das mais importantes dentro dos estudos sociolinguísticos, tornando-se mesmo, muitas vezes, sinônimo de Sociolinguística. No entanto, como geralmente ocorre nas disputas intelectuais a favor de uma abordagem e a desfavor de outra, as discussões de Labov sobre a natureza do estudo da língua deixaram emergir algumas contradições e inconsistências conceituais.

Norbert Elias (1994[1939]) dizia que o domínio do conhecimento humano sobre o funcionamento da natureza exigia do indivíduo maior controle emocional, no sentido de que a compreensão baseada na crença tradicional deveria dar lugar ao conhecimento científico. Mas como mostrou Elias, o distanciamento que o sujeito pensante colocou para si diante de seus

objetos ao refletir sobre eles não foi tomado como um *ato de distanciamento*, mas como se de fato houvesse uma distância.

É nessa direção que os defensores da natureza da língua como um fato social, e Labov em especial, parecem pensar. Como poderia o indivíduo explicar algo que está dentro de si? Logo, a língua, o objeto da Linguística, deveria ser tratada como algo que existisse sempre fora do indivíduo, para que pudesse ser analisada. A língua deveria ser tratada como uma *coisa*, nos termos durkheimianos, que tem existência própria, objetivável, capaz de ser observada e avaliada empiricamente. Mas esse tratamento é apenas metodológico e a insistência dos autores na “reificação ilegítima do social”, como diria Giddens (1998), tem gerado problemas de natureza conceitual.

É preciso questionar, novamente como o fez Elias, a validade das teorias que baseiam suas fundações em suposições axiomáticas, e que se mantêm admitindo uma única explicação que, a depender do posicionamento científico da abordagem, se baseará no caráter interno do objeto, ou em suas propriedades externas. Em outras palavras, é preciso ultrapassar as limitações de abordagens que continuam pautando suas explicações nos critérios interno ou externo.

Fazem parte do acordo comum dos quatro linguistas referidos neste texto os seguintes temas:

- a) A língua, entendida como uma das partes da linguagem, não é um elemento inato ao indivíduo;
- b) Como um fato social, ela não é uma posse individual, mas social;
- c) O essencial de uma língua está na média das produções linguísticas de todos os indivíduos pertencentes a uma comunidade.

Há, no entanto, ressalvas quanto à forma com que cada um dos linguistas concordara com esses apontamentos. Viu-se que Whitney, Saussure e Meillet, embora considerassem a língua com as características do fato social, suas conceituações dão lugar à emergência do ator social como um agente nos processos linguísticos, na mudança linguística, por exemplo. Por outro lado, viu-se que Labov conservou uma noção bastante semelhante àquela que Durkheim utilizara, e como aconteceu com a definição do sociólogo, a noção de língua como um fato social elaborada por Labov não dá lugar à ação individual. No entanto, seu tratamento dos líderes da mudança linguística deixou emergir a ideia de que tais líderes são agentes atuantes, os responsáveis pela propagação da mudança linguística.

Este texto está de acordo com a definição de língua é um fato social, mas discorda de que um fato social seja sempre exterior ao indivíduo. A língua como um fato social só é exterior ao indivíduo particular, não a todos os membros da sociedade. O indivíduo pré-social, que nasceu numa sociedade, mas que ainda, por causa de seu próprio desenvolvimento orgânico e social em etapas, não tem conhecimento dos códigos sociais e dos signos próprios da comunicação humana, precisará apreendê-los com os demais membros da sociedade. Estes já possuem os fatos sociais internalizados através do mesmo processo pelo qual passa cada indivíduo particular.

3. Conclusão

Os linguistas estudados aqui foram unânimes em postular que o essencial de uma língua está na média dos enunciados produzidos por todos os indivíduos pertencentes a uma comunidade. No entanto, este texto defende o argumento de que, *embora um único indivíduo (ser social) não seja portador de uma língua em sua completude, no sentido de todos os conceitos e imagens verbais, estrutura, cultura, costumes etc. que a compõem, ele possui o*

suficiente para representar o mundo que o cerca e desempenhar sua cidadania, e isso não é menos complexo que a totalidade, portanto, não é menos língua. Logo, todo indivíduo e cada indivíduo é portador de uma língua, conhece seus signos constituidores, sua estrutura, e domina as normas sociais de seu uso.

Argumenta-se, finalmente, que o estudo da língua pode ocorrer dentro de uma abordagem que adote um método explicativo cujo foco esteja na forma como os indivíduos adquirem a língua como um fato social e, portanto, que parta de um nível micro de análise. Mas também pode ocorrer no interior de uma abordagem que queira mostrar como o fato social enquanto posse coletiva se transforma através dos usos que os indivíduos fazem dele e, nesse caso, deve-se adotar um método explicativo que dê conta de fenômenos macrosociais.

Nesse sentido, não se pode dizer que o método de análise laboviano é um método inadequado, mas simplesmente que não atende a explicações de um nível micro. Conforme argumentam Wright *et al.* (1992), a ciência tem pretensões explicativas que vão além de casos singulares. Mas isso não quer dizer que os casos singulares não sejam explicáveis ou que não sejam importantes. Aliás, é pelo estudo dos casos singulares que se pode perceber que os indivíduos não adquirem da mesma forma as prescrições dos fatos sociais. É através desse método que se poderá entender como os indivíduos adquirem os padrões sociais agregados e os reproduzem em suas relações cotidianas.

Em última análise, pode-se dizer que a Linguística conseguiu, indubitavelmente, constituir-se num campo que tem sua legitimidade no interior das ciências que tratam dos fenômenos humanos e sociais. Seus critérios de cientificidade, questões metodológicas e procedimentos de análises são seguros e pouco questionados. É preciso, no entanto, se atentar para o seu caráter de utilidade. Não é possível que uma ciência dita humana possa se alienar dos fatos, dos problemas que lhe são próprios, dos problemas que envolvem os indivíduos. O pesquisador da linguística não deve permitir que a objetividade e o rigor do método científico lhe impeçam de compreender que nos estudos que envolvem os seres humanos qualquer teoria, e toda teoria, deve ficar atenta aos fatos que afetam as vidas das pessoas envolvidas. A língua é certamente um desses fatos. O padrão culto da língua é critério fundamental para o acesso aos bens sociais. Os estudos linguísticos devem focar o estudo da linguagem não de forma excludente, mas de forma que inclua todas as formas de interação humana, se preocupando com as consequências do uso prático da língua na vida social.

4. Referências

- CALVET, Louis-Jean. "Reflections on the origins of sociolinguistics in Europe". In: PAULSTON, Christina Bratt; TUCKER, G. Richard (Eds.). *Sociolinguistics: The essential readings*. Massachusetts: Blackwell Publishing, 2006.
- DURKHEIM, Emile. *As Regras do Método Sociológico*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007[1895].
- _____. *As regras do método sociológico*. Trad. de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Editora Nacional, 1987[1895].
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. V. 1. Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994[1939].
- FIGUEROA, Esther. *Sociolinguistic Metatheory*. Oxford: Pergamon, 1994.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003[1984].
- _____. *Política, Sociologia e Teoria Social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. Trad. de Cibele Saliba Rizek. São Paulo: UNESP, 1998[1977].
- KOERNER, Konrad. *Toward a history of American Linguistics*. London; New York: Routledge, 2002.

- LABOV, William. *Principles of linguistic change. Cognitive and Cultural Factors: volume 3*. Malden & Oxford: Wiley-Blackwell Publishers Inc., 2010.
- _____. *The social stratification of English in New York city*. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 2006[1966], 2ª edição ampliada.
- _____. *Principles of linguistic change. Social Factors: Volume 2*. Malden & Oxford: Blackwell Publishers Inc., 2001.
- _____. *Principles of linguistic change. Internal Factors: Volume 1*. Cambridge & Oxford: Blackwell Publishers Inc., 1994.
- _____. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991 [1972].
- _____. “Methodology”. In: W. DINGWALL, William Orr (Ed.). *A survey of Linguistic Science*. Maryland: University of Maryland Press, 1971.
- MARRA, Daniel. *Whitney, Saussure, Meillet e Labov: implicações metodológicas e conceituais da noção de língua como um fato social para os estudos linguísticos*. 2012. 162f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.
- MEILLET, Antoine. *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1948.
- _____. “Linguistique Historique et Linguistique Générale”. In: *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1948[1918].
- _____. “L’état Actuel des Études de Linguistique Générale”. In: *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1948[1906].
- _____. “Comment le Mots Chagent de Sens”. In: *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1948[1905-1906].
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Trad. A. Chelini. J. P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006[1916].
- SCOTT, John. *Sociologia: conceitos-chave*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- WHITNEY, William Dwight. “Language and the Study of Language”. In: *Whitney on Language: selected writings of William Dwight Whitney*. Ed. By Michael Silverstein. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1971[1867].
- _____. *Language and the Study of Language: Twelve Lectures on the Principles of Linguistic Science*. London: N. Trubnek & Co., Ludgate Hill, 1884[1867].
- WRIGHT, Erik Olin; LEVINE, Andrew & SOBER, Elliot. “Marxism and Methodological Individualism”. In: *WRIGHT et. al. Reconstructing Marxism: essays on explanation and theory of history*. Verso, London & New York, 1992, pp. 107-127.